

## Comissão Europeia disponibiliza “Diretrizes Éticas para Inteligência Artificial Confiável”

O documento redigido pelo Grupo de Especialistas de Alto Nível em Inteligência Artificial da Comissão Europeia ainda é uma minuta preliminar e está disponível para consulta pública até 18/01/2019. Sua versão final está prevista para março/2019.

Por Cláudio Barbosa, Fabiana Bazhuni e Larissa Martins

A expansão dos sistemas de Inteligência Artificial (IA) tem suscitado uma série de discussões que abarcam temas como confiabilidade, privacidade e direitos fundamentais. É indiscutível que a IA tem a capacidade de gerar enormes benefícios para os indivíduos e para a sociedade, mas esta também dá origem a riscos que devem ser adequadamente gerenciados. Se a ficção já adiantou a necessidade de controle para sistemas autônomos como, por exemplo, as leis da robótica criadas por Isaac Asimov na primeira metade do século XX, hoje nos deparamos com a necessidade concreta de estabelecer um conjunto de regras que oriente projetos e, posteriormente, a operação de sistemas.

Em linha com estas questões, foi criado o Grupo de Especialistas de Alto Nível em Inteligência Artificial da Comissão Europeia (em inglês, “AI HLEG”), composto por 52 especialistas de alto nível na matéria, provenientes do meio acadêmico, da indústria e da sociedade civil, que vêm trabalhando na criação das Diretrizes Éticas para uma IA Confiável (em inglês, “Ethical Guidelines for Trustworthy AI”), cuja primeira minuta foi divulgada recentemente.

### Documento e Público-Alvo

O texto é dividido em três capítulos. O primeiro determina os princípios éticos que devem ser seguidos pela IA, com o foco essencial no ser humano e direitos fundamentais. O segundo capítulo aborda os mecanismos para verificar a confiabilidade na adoção dos princípios, os quais devem estar presentes desde o primeiro esboço e prosseguir no projeto, implementação e operação para permitir a auditoria da aplicação dos princípios em todos os sistemas. Finalmente, o último condensa e traz orientações para o desenvolvimento futuro de projetos e novas avaliações dos resultados alcançados.

O documento é destinado a todos aqueles que desenvolvem, aplicam ou usam a IA, o que abrange empresas, organizações, instituições públicas, indivíduos, entre outras entidades. O texto ainda chama atenção para setores específicos: *healthcare*, automobilístico (na criação de condutores autônomos), seguros, *profiling* e no cumprimento de leis.

## Importância da iniciativa

As Diretrizes buscam definir como os desenvolvedores da IA podem garantir o respeito aos direitos fundamentais, à regulamentação aplicável e aos princípios éticos dos usuários de seus serviços de modo a tornar esta tecnologia segura, eficiente e confiável.

A visão da Comissão é sustentada por três pilares: o estímulo aos investimentos públicos e privados em IA para reforçar sua aceitação pelo público; a preparação do ambiente para as mudanças socioeconômicas iminentes; e a garantia de uma adequação ética e legal do sistema. A Comissão entende que o crescimento e desenvolvimento desta tecnologia são comprometidos pela falta de confiança da sociedade, minando os seus potenciais benefícios econômicos e sociais. Para reverter este cenário, o Grupo busca estabelecer a confiabilidade da IA como o ponto focal do trabalho na redação das Diretrizes, de modo a elevar a crença dos usuários e facilitar a aceitação da IA.

## Finalidade

As Diretrizes trazem como elementos centrais para a confiabilidade da IA o seu fim ético – que envolve a observância dos direitos fundamentais e da legislação aplicável e o respeito a princípios e valores básicos – e uma abordagem centrada no ser humano. A estrutura articulada pelo documento pretende usar a ética para inspirar o desenvolvimento, a implantação e o uso confiável da IA, promovendo um clima mais favorável à inovação e aceitação da IA. A confiabilidade da IA envolve, para tanto, a confiança na tecnologia – que deve ser tecnicamente robusta e segura –, nas regras e leis que a regem e nos modelos de governança corporativa e de negócios.

Outro objetivo é minimizar o chamado “*bias*”, que é o preconceito a favor ou contra algo ou alguém que pode resultar em decisões injustas – e é aqui que se concentram as grandes discussões éticas envolvendo a tecnologia, principalmente pela dificuldade em eliminá-lo, tendo em vista que a IA é desenvolvida e operacionalizada por seres humanos.

As Diretrizes também pretendem auxiliar no entendimento de como a tecnologia pode dar origem a diferentes discussões sobre direitos fundamentais, oferecendo orientações mais detalhadas sobre o que **se deve** fazer para promover o bem comum, em detrimento do que atualmente **se pode** fazer. Neste sentido, a abordagem ética da IA permite a mitigação das incertezas regulatórias – visto que tal tecnologia ainda não encontra respaldo legal adequado – proporcionando clareza, legibilidade e potencialidade para utilizadores, investidores e desenvolvedores através da observância de direitos e princípios como a dignidade, liberdade, o respeito à democracia, igualdade e não discriminação.

## Inteligência Artificial e a Proteção de Dados

Devido ao seu próprio funcionamento, a IA está diretamente ligada à princípios e regras envolvendo a proteção de dados pessoais. De acordo com as Diretrizes Europeias, uma das formas de garantir a confiança no sistema de IA é agir de acordo com a regulamentação sobre proteção de dados.

Isso não deve ser visto como um empecilho para a utilização de IA pelas empresas. Demonstrar a confiabilidade do sistema, o respeito aos preceitos éticos e aos dados pessoais será um sinônimo de competitividade no mercado, se tornando um diferencial.

A existência e importância da IA tende a aumentar cada vez mais, dado o impacto positivo já alcançado globalmente, tanto para economia, quanto para a sociedade. Com o avanço da tecnologia, a IA irá se desenvolver progressivamente e é importante que as empresas garantam que estas são confiáveis e respeitam os princípios éticos e direitos fundamentais.

## Prazos

Como resultado destes esforços, foi divulgado um primeiro esboço das Diretrizes, cuja versão final está prevista para março de 2019. Antes, a Comissão Europeia permitiu a consulta pública dos interessados, que poderão opinar sobre o documento. Para tanto, não é necessário ser europeu, já que a Comissão busca trazer a abordagem ética da Europa para o cenário global, contando com a ajuda de todos os países, inclusive os não pertencentes à União Europeia.

A consulta pública estará disponível até **01/02/2018** no link <https://ec.europa.eu/futurium/en/ai-stakeholders-consultation/stakeholders-consultation-draft-ai-ethics-guidelines>.

### **Desdobramentos**

Após a versão final da redação, a previsão é que estas Diretrizes se tornem um conjunto de regras éticas cuja aplicação será, inicialmente, voluntária, mas que certamente servirão de base para as discussões sobre IA nos próximos anos.

### **Próximos passos**

Nossa equipe de Direito Digital monitorará o desenvolvimento do texto final das Diretrizes Éticas para Inteligência Artificial Confiável e, nesse ínterim, segue pronta para auxiliar sua empresa em questões relacionadas a este tema. Para obter uma cópia do documento ou maiores informações, entre em contato através do endereço [digital@kasznarleonardos.com](mailto:digital@kasznarleonardos.com).